

“Memória e história em Florianópolis: sua construção na ação governamental”.

Fábio Andreas Richter*

Resumo

O presente trabalho é uma comunicação sobre a pesquisa que está sendo realizada no âmbito do programa de pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC. A pesquisa busca identificar e analisar o papel das abordagens historiográficas presentes na criação e atuação das instituições governamentais situadas em Florianópolis/SC procurando entender o processo de construção de uma memória oficial para a região. Para alcançar esse objetivo, procura: identificar o contexto de criação das principais instituições governamentais que atuam naquela região (IPHAN, SEPHAN, FCC - Fundação Catarinense de Cultura, Arquivo Público do Estado, Arquivo Histórico do Município e Casa da Memória) ligadas a construção de uma memória oficial; caracterizar as principais ações desenvolvidas pelas respectivas instituições no período compreendido entre os anos 1980 e 2006; e identificar e analisar as abordagens historiográficas que subsidiam as ações desenvolvidas pelas instituições, bem como o próprio surgimento das mesmas, buscando entender a sua relação com os programas políticos-ideológicos das diferentes administrações públicas que assumiram as instituições analisadas, bem como sua concepção de memória.

Abstract

The present work is a communication on the research that is being carried through in the scope of the program of Post-graduation in History of the University of the State of Santa Catarina/UEDESC. The research searches to identify and to analyze the paper of the historiography boardings gifts in the creation and performance of the situated governmental institutions in Florianópolis/SC being looked for to understand the process of construction of an official memory for the region. To reach this objective, it looks for: to identify the context of creation of the main governmental institutions that act in that region (IPHAN, SEPHAN, FCC - Fundação Catarinense de Cultura, Public Archive of the State, Historical Archive of the City and House of the Memory) on the construction of an official memory; to characterize the main actions developed for the respective institutions in the period understood between years 1980 and 2006; to identify and to analyze the historiography boardings that subsidize the actions developed for the institutions, as well as the proper sprouting of the same ones, searching to understand its relation with the politician-ideological programs of the different public administrations who had assumed the analyzed institutions, as well as its conception of memory.

O processo de construção da memória representa uma das grandes questões com as quais a história enquanto ciência se defronta. Como observou Le Goff, a memória é parte essencial da identidade individual ou coletiva, sendo sua busca uma das atividades fundamentais dos indivíduos e sociedades atuais (LE GOFF, 1992).

Por outro lado, sua relevância, no que tange a uma abordagem científica do conhecimento, está ligada a capacidade que tem de revelar visões e intencionalidades que

* Universidade do Estado de Santa Catarina - UEDESC. Mestrando do Programa de Pós-graduação em História

envolvem a busca, construção e perpetuação de uma determinada versão da história em um determinado contexto.

Analisar a maneira como uma sociedade lida, de forma institucionalizada, com sua memória, representa uma maneira de compreender essa própria sociedade. Trata-se de entender os mecanismos de perpetuação de sua ordem interna, de suas buscas de mudança, ou mesmo de disputas pelo poder. Frequentemente a memória está inserida num contexto da tentativa de criar uma visão hegemônica da realidade, a qual pode subsidiar àqueles que mantêm o poder, ou que estejam pleiteando o mesmo.

Memória, no seu entendimento usual, significa “faculdade de reter as idéias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente, lembrança, reminiscência, recordação” (AURÉLIO, S/D). Memória também significa a evocação do passado, a sua atualização, conservando na lembrança o que se foi (CHAUÍ apud ADAMS, 2002). Por outro lado, a memória apresenta uma dimensão coletiva, caracterizada por documentos, relatos e produtos gerados por uma sociedade (ADAMS, 2002).

Outra questão diz respeito a existência de “(...) lugares onde a memória se cristaliza e se refugia (...)” (NORA, 1993), os chamados lugares de memória. Trata-se de um fato que evidencia o quanto vivemos num momento onde se procura a institucionalização de uma busca pela memória. Como observa Pierre Nora “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1993). Para lhe consagrar lugares, surgem as formas de viabilizá-los e muitas vezes mantê-los, surgem as instituições.

A memória não é sinônimo de história, elas, como constatou Pierre Nora, se opõem (1993). Ainda de acordo com o autor, a história é uma operação intelectual, laicizante, que envolve análise e discurso crítico, uma reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais. Ela está ligada ao concreto, às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas e na medida que pertence a todos, e a ninguém, possui a vocação para o universal. A memória, por outro lado, é carregada por grupos vivos, é um fenômeno atual, um elo vivido no eterno presente. Ela instala a lembrança no sagrado, emergindo de um grupo que ela une, se enraizando no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A memória se entende como um absoluto.

A construção e manutenção da memória, em termos institucionais, envolve maneiras de viabilizar a perpetuação de documentos impressos, relatos orais, edificações, utensílios do cotidiano e outros objetos gerados por uma coletividade num determinado momento. O preservar essa memória construída, envolve claramente uma intencionalidade, algumas vezes um método claro e quase sempre critérios e intenções.

O ato de manter uma memória também não está ligado unicamente ao passado. Trata-se de uma relação dinâmica entre passado e presente. A memória é um elemento muito enraizado no presente, sendo que o ato de mantê-la pressupõe um projeto de construção desse mesmo presente (BOLLE in ARANTES 1984). Ela envolve uma intencionalidade guiada por determinantes gerados pelo contexto que envolve os agentes do ato de preservar, além de seus valores e visão de mundo. Não se trata então de um processo pautado pelos valores e intencionalidades do período ao qual se relaciona a memória construída. Não são pessoas do século XVIII que irão, no século XXI, selecionar e preservar livros, construções e objetos daquele período para exibí-los.

A relação entre memória e história ainda se apresenta na medida em que a história, enquanto campo da ciência, é utilizada por “especialistas” para gerar critérios de preservação da memória. Tais critérios de preservação resultam em ações institucionais, as quais são desenvolvidas por diferentes órgãos do estado ou mesmo entidades não governamentais mas ligadas ao estado ou as suas atribuições.

No Brasil, inicialmente, a construção e perpetuação de uma memória oficial teve como protagonistas intelectuais congregados em organizações profissionais não-governamentais, como o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – IHGB, fundado em 1838, tendo assumido, enquanto movimento, um caráter elitista (ADAMS, 2002).

A prática da política preservacionista¹, em âmbito nacional, resultava no acúmulo aleatório de signos da política local e nacional. Contemplava fatos históricos e genealógicos da história política e de famílias que contribuíram para o processo histórico dominante (ADAMS, 2002).

Em Santa Catarina, os primórdios da preocupação com a questão da preservação da memória remontam a criação em Florianópolis do Museu Provincial, em 1879. No final desse século, especificamente em 1896, é criado o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina - IHGSC, idealizado por José Boiteux (ADAMS, 2002). Embora o caráter de preservação da entidade ainda não estivesse claramente definido institucionalmente, já estava sendo preparado o contexto onde essas diretrizes seriam gestadas dentro da entidade e com elas o direcionamento de muitas ações no estado .

A questão dos Institutos Históricos e Geográficos (brasileiro e catarinense) exemplifica as características que marcaram a questão da preservação, ou mesmo envolveram a constituição da memória local e nacional. O instituto brasileiro surgiu no interior da Corte

¹ Aqui entendida enquanto uma forma de construção e perpetuação de uma memória oficial, patrocinada pelo poder público através de suas instituições.

Imperial, fazendo um discurso compatível com seus interesses, sendo que o catarinense tinha sua diretoria e demais membros composta por agentes ligados ao poder catarinense ou muito dele próximos (SERPA, 1996). Tais particularidades sinalizam para o envolvimento de uma determinada visão histórica, que permearia as iniciativas ligadas a memória.

Um episódio significativo, relacionado a questão da memória oficial em Santa Catarina, foi o primeiro congresso de História catarinense, realizado em 1948. O evento teve entre seus objetivos, o de destacar a presença de uma cultura de base açoriana na ilha de Santa Catarina (ADAMS, 2002).

A busca das raízes açorianas em 1948, estava inserida num contexto de confronto, onde a cultura luso-brasileira enfrentava perigosamente a cultura alemã em Santa Catarina, na busca de demonstrar a brasilidade do estado (BOLÉO apud FLORES, 1997).

Tratava-se de uma busca intencional pela construção e perpetuação de uma memória, num processo com implicações políticas e ideológicas. No processo ficou evidenciado o quanto “(...) uma plêiade de homens ilustres, descendentes atuais desses antigos colonos [açorianos], (...) (FLORES, 1997) procurou usar essa “rememoração” num contexto de confronto, na busca da criação de uma memória oficial. O confronto entre duas visões de mundo, a luso-brasileira e a alemã, evidencia a existência de grupos articulados e ocupados na construção de memórias em, e para, Santa Catarina.

Na região de Florianópolis as articulações ligadas a memória de seus colonizadores, com destaque para os de origem açoriana, resultaram em percepções que podem ser agrupadas em três momentos (FLORES, 1997), dentro de uma trajetória histórica:

- O momento dos mitos da civilização, onde o ilhéu era visto como de índole fatalista, incapaz de abraçar a causa do progresso e da modernidade. Uma visão ligada ao contexto da 1ª república, onde se procurou um reajustamento social necessário a nova ordem capitalista;
- O dos mitos do nacionalismo, onde o nativo da região era visto como alguém que solidificou as bases históricas da nação, sendo homem de coragem, afeito ao trabalho, aos ofícios e à tradição, portador dos princípios civilizatórios. Uma percepção ligada ao contexto que envolveu o 1º Congresso Catarinense de História, em 1948;
- O da civilização do lazer, quando passa a ocorrer a abertura da ilha para a indústria do turismo. Trata-se de uma percepção que passa a se intensificar a partir do final das duas últimas décadas do século XX.

Diferentes períodos, com suas diferentes percepções, construções e agentes interessados. Semelhante panorama tem seus reflexos na construção e perpetuação dos lugares de memória em Florianópolis, assim como nas instituições que participaram desse processo.

Tendo em vista as observações evidenciadas, surge uma série de questionamentos relacionados a construção de uma memória. O principal deles está ligado ao arcabouço historiográfico que guiaria as iniciativas de preservação. Semelhante corpo de idéias pode ser melhor evidenciado nas iniciativas desenvolvidas por instituições oficiais, as quais serviriam como um indicador sobre que tipo de história está sendo construída, ou perpetuada, em um determinado contexto.

A análise da abordagem institucional da memória também possibilita entender o que está por trás da fala do especialista. Trata-se de entender aquele que está respaldado por um saber que se pretende científico e de um lugar que estaria autorizado a emitir julgamentos. São os técnicos e administradores públicos que anunciam políticas para a área e imaginam poder substituir com seu enfoque de “especialistas”, a diversidade de concepções e experiências que compõem a sociedade (DA SILVA in O DIREITO, 1992). Entender a visão destes agentes também é essencial para compreender a memória que é mantida, ou mesmo gestada, nas instituições em determinados momentos.

Por outro lado, também é essencial identificar e entender o fato de que as instituições, principalmente aquelas ligadas e mantidas pelo estado, estão ligadas a programas e intenções dos grupos que às assumem ou conduzem. Tais grupos possuem suas concepções, objetivos e formas peculiares de lidar, constituir ou utilizar, a memória, o que inevitavelmente resulta em reflexos nas instituições que assumem.

Na região de Florianópolis existem as seguintes instituições governamentais que se ocupam em lidar com a memória da região:

- O SEPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município - criado em 1974, está envolvido com a questão urbana da cidade, atuando no tombamento de edificações e regulamentação de áreas de preservação. Trata-se de um órgão vinculado ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, entidade da Prefeitura do município;
- O IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – tem sua 11ª superintendência localizada em Florianópolis, desde 1990, embora atue no estado desde 1938. A instituição também está envolvida com a proteção, revitalização e

- conservação do patrimônio cultural do estado;
- A FCC - Fundação Catarinense de Cultura - foi instituída em 1979;
 - Arquivo Público do estado de Santa Catarina – Criado em 1960, procura recolher, preservar, organizar, prestar assessoramento técnico e divulgar o patrimônio documental;
 - Arquivo Histórico do Município de Florianópolis – Criado em 1994, procura realizar a gestão documental da prefeitura, selecionando e destinando documentos significativos para a guarda e disponibilização permanente. Também procura incorporar acervos documentais relevantes para a história do município;
 - Casa da Memória do Município de Florianópolis – criada em 2004, embora esteja formando acervos desde 1995, desenvolve um trabalho ligado a organização, preservação e disponibilização de acervos sonoros, fotográficos e iconográficos ligados a memória do município.

As instituições apontadas são além de detentoras e constituidoras de acervos, ativas agentes do planejamento de políticas que envolvem a memória, oficial, em Florianópolis, assim como no estado de Santa Catarina. Sua análise, bem como de suas ações, é fundamental para entender o contexto da constituição e perpetuação da memória na região.

Por outro lado, uma história da memória não se ocuparia apenas da história das teorias sobre a memória, mas sobre as práticas e representações mnemônicas e rememorativas das sociedades e grupos, envolvendo seus suportes e estratégias de apropriação, tendências, conflitos, atualizações, etc (MENESES, 1999). Trata-se, em suma, de um tema rico e instigante.

Objetivos

A pesquisa procura desenvolver-se em torno dos objetivos de identificar o contexto de criação das principais instituições governamentais que atuam na região de Florianópolis/SC (IPHAN, SEPHAN, FCC - Fundação Catarinense de Cultura, Arquivo Público do Estado, Arquivo Histórico do Município e Casa da Memória) ligadas a construção de uma memória oficial²; caracterizar as principais ações desenvolvidas pelas respectivas instituições no período compreendido entre os anos 1980 e 2006; e identificar e analisar as

² A memória oficial é entendida aqui como aquela tratada no âmbito de atuação de instituições constituídas pelo poder público.

abordagens historiográficas que subsidiam as ações desenvolvidas pelas instituições, bem como o próprio surgimento das mesmas, buscando entender a sua relação com os programas políticos-ideológicos das diferentes administrações públicas que assumiram as instituições analisadas, bem como sua concepção de memória.

Metodologia

A pesquisa inicia com uma série de questionamentos que buscam identificar o contexto de criação das instituições analisadas. Quais foram os principais agentes envolvidos? Quais foram as principais questões discutidas? Quais eram os objetivos imediatos no seu momento de criação ou início de atuação em Florianópolis? O que lhe favoreceu ou dificultou nesse início? Como era o panorama político e social daquele momento? São perguntas que irão guiar a abordagem preliminar.

Paralelamente haverá uma busca pela identificação das principais ações desenvolvidas pelas instituições durante o período de 1980 a 2006. Essa busca se dará tanto na análise de fontes existentes nas próprias instituições, como de fontes documentais oriundas da imprensa e instituições de classe (associações, núcleos de estudo e trabalho). Qual foi o espaço, o objeto, o lugar de memória constituído? Qual foi o fator que desencadeou a ação? Quais foram as atividades realizadas em todo seu decurso? Quais foram os principais agentes envolvidos (pessoas, outras instituições)? Qual era a significância, na visão dos agentes envolvidos, dessa memória específica que estava sendo constituída, preservada?

Concomitante aos trabalhos desenvolvidos, se processará a busca pela identificação de abordagens historiográficas e a existência de programas político-ideológicos claramente explicitados, ligados a constituição das instituições e as principais ações desenvolvidas. Quais foram as correntes, escolas, percepções historiográficas que subsidiaram os técnicos e gestores públicos diretamente envolvidos? Quais as linhas gerais dos programas que pautaram as administrações que assumiram as instituições? Qual o papel das ações desenvolvidas/planejadas pelas instituições dentro dos programas de suas administrações? Serão as questões que irão nortear essa busca.

Os trabalhos encontram-se na sua fase preliminar de revisão e preparação, selecionando as primeiras fontes documentais e estabelecendo as linhas gerais para as entrevistas preliminares. A previsão é de que estejam concluídos até dezembro de 2008.

Bibliografia

- ADAMS, Betina. **Preservação urbana: gestão e resgate de uma história**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2002.
- ARANTES, Antonio Augusto. **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1997.
- DALÉSSIO, Márcia Mansor. Memórias: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Anpuh, v. 13, nº.25/26, set. 1992/ago.1993, p. 97-103.
- DA SILVA, Olga Brites in O DIREITO à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico - DPH, 1992, p.17-20
- De DECCA, Edgar Slvadori. **1930 o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- O DIREITO à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico - DPH, 1992.
- FERREIRA & AMADO. **USO & abusos da história oral**. 6 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A Farra do Boi: palavras, sentidos e ficções**. Florianópolis: UFSC, 1997.
- GOMES, Valter Manuel. **Formas do pensamento historiográfico catarinense**. Florianópolis: UFSC, 1985 (dissertação).
- HOBBSAWM, E.J.; RANGER, T.O. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1992.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de In SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999, p.11 a p.29.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do Departamento de História da PUC/SP**. São Paulo, n. 10, Dez. 1993, p.07-p.28.
- SERPA. Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.14, n.20, p.63-79, 1996.